

Interfaces do Conhecimento Psicológico: Conceitos, Instrumentos e Práticas

Psychology's Territories: Historical and Contemporary Perspectives from Different Disciplines.

Mitchell Ash & Thomas Sturm (Eds.)

New York / London: Lawrence Erlbaum Associates, 2007, 374 p.

Cíntia Fernandes Marcellos¹

¹ Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora

Produto final do grupo de trabalho interdisciplinar "*Psychological Thought and Practice in Historical and Interdisciplinary Perspective*", financiado pela Academia Berlim-Brandenburgo de Ciências e Humanidades, o livro editado por Mitchell Ash e Thomas Sturm apresenta o resultado de estudos realizados por pesquisadores das áreas de história da ciência, psicologia, filosofia, além das ciências biológicas, exatas e neurociências, entre Outubro de 2000 e Março de 2004.

Criado no final dos anos 90, o grupo dedicou-se à investigação das conexões interdisciplinares e contextuais da psicologia, a partir de um programa de pesquisa que compreendia o período entre os anos de 1850 e 1950. Sob a coordenação de Mitchell Ash, tal programa organizou-se de maneira triangular, combinando historiografia da psicologia com considerações mais amplas da história da ciência e, pontualmente, da história em geral, em torno dos seguintes temas: como se pode entender a variedade histórica dos objetos psicológicos, tanto do ponto de vista das ciências particulares, quanto do senso comum; em que grau o interesse pelos mesmos é ditado por questões metodológicas e, por fim, em qual medida a evolução da psicologia tem sido influenciada por forças externas a seu campo próprio.

Resultado desta proposta, o livro tem como objetivo promover uma melhor e mais produtiva cooperação interdisciplinar, mediante o reconhecimento das contribuições dos estudos filosóficos e históricos acerca da psicologia para as perguntas contemporâneas. Pretendendo superar as perspectivas internalista e externalista na abordagem da história das ciências, adota-se a orientação de uma história social e cultural sobre o pensamento e a pesquisa psicológica. A tese central do livro é a de que os territórios da psicologia – assim como os de qualquer ciência – não são fixos, mas fluidos, e de

que em suas diversas interações, a psicologia oferece e recebe contribuições, fazendo com que sua amplitude e escopo mudem continuamente.

O livro organiza-se em duas partes: a primeira discute a diferenciação e o compartilhamento dos conceitos de atenção, intenção, vontade e self em diferentes domínios, e a segunda trata do papel dos instrumentos na pesquisa psicológica. No primeiro capítulo, o sociólogo Sven Lüders trata da noção de atenção e dos estudos realizados sobre tal conceito no campo da fisiologia e da psicologia experimental no século XIX, e da psicotécnica, no início do século XX, defendendo a tese de que a atenção não constituiria um objeto científico em sentido próprio, isto é, isolado e independente de outros objetos, mas sim uma variável metodologicamente estratégica, usada para a formulação de outros conceitos e sua verificação experimental.

Dentre os quatro capítulos que se seguem sobre a temática "Intenção e Vontade", Jochen Brandtstädter (cap. 2) aborda as noções de causalidade e intencionalidade a partir da consideração das tensões ontológicas estabelecidas entre as perspectivas fisicalista e personalista. Através de exemplos como a explicação de uma gênese não intencional dos estados mentais e do relacionamento entre psicologia e a "folk psychology", o autor reconhece as respostas legítimas e os limites de cada perspectiva e defende tal ambigüidade ontológica como constitutiva dos projetos de psicologia.

No capítulo 3, Wolfgang Prinz faz uma crítica à noção de vontade livre como capacidade mental, considerando tal aceção incompatível com um programa de psicologia científica. Prinz reconhece seu papel como uma instituição social, cuja importância está em ser capaz de influenciar as disposições psicológicas e os comportamentos individuais e coletivos. Tal afirmativa

é questionada por Michael Heidelberger, no capítulo 4, ao considerar a liberdade da vontade como “um aspecto real da ciência natural”. Para Heidelberger, a recusa da noção de vontade livre é danosa para os programas de pesquisa e para os interesses comuns entre filosofia e ciências cognitivas, uma vez que destitui a própria ciência de sua relevância para a noção de Homem.

Encerrando esta temática, o capítulo 5 apresenta o estudo de Sabina Maasen acerca do tema da vontade tal como figurava nos manuais de auto-ajuda dos anos de 1920 e 1990. Ao evocar as diferentes fontes de conhecimento, objetivos, métodos, tipos de autoria e público alvo a que tais manuais se dirigiam, a autora pretende apontar como eles promoveram, a partir da interação com o discurso da psicologia acadêmica, uma racionalização da vida diária, com base no desenvolvimento do que Foucault chama de tecnologias do self.

O próximo tema, o “Self”, é discutido no capítulo 6 por Jill Morawski, que fala da noção de self a partir da distinção entre sujeito e experimentador na psicologia experimental norte-americana entre os anos de 1900 e 1935. Apresenta-se a distinção entre os sujeitos ingênuos e treinados, bem como as dualidades dos papéis de experimentador e sujeito e como o surgimento das vanguardas do realismo, do naturalismo e do modernismo influenciou os constructos subjetivos, em especial a noção de self. Num capítulo de mais substância (cap. 7), Kenneth Gergen trata da fragilidade ontológica dos discursos sobre o self e, não obstante, o papel central que os mesmos desempenham na constituição de instituições sociais e na condução da vida diária. Indicam-se os problemas decorrentes da introspecção e da observação externa como fontes de conhecimento e escolhe-se o fenômeno das doenças ou déficits mentais como exemplo para ilustrar o que ele chama de “colonização cultural” da sociedade ocidental por parte da ciência psicológica. Sob um referencial foucaultiano, o autor se excede em alguns aspectos, mas acerta ao identificar que a disputa por poder no campo do conhecimento não envolve somente argumentações teóricas ou resultados de pesquisa, mas sim o que ele chama de “instrumentos de colonização”, como o controle do conteúdo de periódicos, de fundos de pesquisa e políticas de nomeação, entre outros.

Aprofundando as questões ontológicas, o capítulo de T. Sturm (cap. 8) é um dos melhores do livro e desvela como os psicólogos comprometem-se com visões ontológicas quando definem seus conceitos, ainda

que não as reconheçam. Ele apresenta três tradições na definição de self recorrentes na história da psicologia e as tentativas feitas por esta para escapar de suas limitações. Adotando o exemplo do auto engano, o autor indica o distanciamento conceitual e metodológico entre filosofia e psicologia e o quanto uma maior aproximação entre ambas poderia favorecer o estabelecimento de um programa de pesquisa lúcido e profícuo sobre a noção de self.

Os capítulos 9 e 10 dão início à segunda parte do livro, acerca do papel dos instrumentos na pesquisa psicológica. Num texto que demonstra sua extensa experiência como professor do Instituto para a História da Psicologia da Universidade de Passau, Horst Gundlach discute a definição de instrumentos psicológicos, tendo em vista suas singularidades em relação aos demais instrumentos científicos. Ele examina com detalhes as origens institucionais da disciplina e, a partir de alguns exemplos, o papel que os instrumentos psicológicos tiveram neste processo.

O capítulo de Fritz Strack e Norbert Schwarz apresenta um aspecto mais instrutivo que crítico e trata das questões relativas aos aparatos de mensuração adotados pelas ciências sociais e que têm como base a formulação de questões a seus sujeitos, sem, contudo, aprofundar a discussão sobre sua validade epistemológica. Apresenta-se também a testagem psicométrica baseada num modelo behaviorista, a pesquisa tipo survey e sua base introspectiva e o modelo alternativo baseado em uma comunicação cooperativa. Os autores discutem ainda tipos de instrumentos, aspectos formais na elaboração das questões e demais fatores que influenciam a aplicação de técnicas que tem como base a interrogação direta.

Os capítulos 11, 12 e 13 discutem o papel dos instrumentos na fronteira disciplinar entre psicologia e as neurociências. O primeiro deles, escrito por um neurologista (Hans-Jochen Heinze), um neuropsicólogo (Thomas F. Münte) e um biólogo (Gerhard Roth), apresenta a discussão acerca das relações entre os estados afetivo emocionais e o cérebro, estudadas através das modernas técnicas de neuroimagem. No capítulo 12, Rainer Bösel discute os potenciais e limites dos mesmos métodos no estudo dos processos cognitivos e, por fim, Michael Hagner (cap. 13) encerra este tópico fazendo um histórico sobre os esforços em torno da expectativa de acesso à mente, os desenvolvimentos técnicos que permitiram a observação do cérebro e a incerteza acerca

do conhecimento sobre a primeira que, não obstante, permanece. Exceto por este último, estão presentes nos outros capítulos premissas até certo ponto comuns ao discurso das neurociências, tais como as que se expressam nas afirmações de que, ainda que exista algo nos estados afetivos e processos cognitivos além das bases neurais, ambos seriam igualmente visualizáveis pelas técnicas de neuroimagem, e a de que a explicação completa de tais estados mentais requer apenas mais desenvolvimento metodológico e experimental.

Criticando a distinção popperiana entre contexto da descoberta e contexto de justificação e a consideração do primeiro como irrelevante para a análise lógica do conhecimento científico, Thomas Sturm e Gerd Gigerenzer (cap. 14) apontam a importância e o potencial explicativo dos processos de criação ou desenvolvimento na avaliação crítica de uma teoria. Propondo uma heurística que tem por base o papel dos instrumentos na criação de metáforas capazes de se constituírem como conceitos psicológicos, os autores discutem a complexa relação entre instrumentos, teorias e dados investigados e as possibilidades e problemas de duas dentre as mais populares metáforas da chamada revolução cognitiva: a da cognição vista como uma estatística intuitiva e a da mente como um computador.

Encerrando o livro, o capítulo de James H. Capshew (cap. 15) retoma uma questão já apontada anteriormente: a condição singular ocasionada pela coincidência do psicólogo com seu objeto de estudo. Descrevendo as influências das consequências das guerras mundiais, em especial as da segunda, no desenvolvimento da psicologia norte-americana, o autor apresenta como o discurso auto reflexivo, em que o psicólogo se questiona acerca de suas construções teóricas e intervenções práticas, pode servir como uma chave para interpretar a proliferação das aplicações psicológicas e tecnologias de administração do self, além de situar-se como um valor epistemológico e um objetivo teórico explícito.

O livro tem o mérito de, em vários capítulos, proporcionar uma perspectiva histórica e um aprofundamento teórico favorável ao entendimento de questões filosóficas de difícil trato para grande parte dos psicólogos, sem contudo apresentá-las como um assunto empoeirado de antigos manuais. Cada capítulo procura atrelar a discussão teórica a exemplos, seja da pesquisa ou da prática profissional e, embora a colaboração com autores oriundos de áreas distintas dê ao livro um caráter heterogêneo

e níveis de profundidade variados no tratamento dos assuntos, o esforço para superar a dissociação entre as diversas áreas interessadas ou afetadas pelos conhecimentos psi e compreender suas relações já é suficiente para situá-lo como uma importante fonte para discussões nas pautas dos psicólogos e faz lembrar as palavras de Sturm que ecoam pelo livro: “*But things may change*”.